

Medidas fiscais e de austeridade podem “varrer” abrandamento da recessão



O CES diz que o Orçamento do Estado para 2014 vai ter um impacto muito negativo nas famílias portuguesas e na economia em geral.

O aviso é do Centro de Estudos Sociais (CES): “Os sinais de abrandamento da recessão podem ser varridos pelo novo pacote de austeridade previsto para o Orçamento do Estado de 2014.” A instituição admite um abrandamento da recessão, nos dois primeiros trimestres, “mas não uma inflexão da situação económica portuguesa ou o fim da recessão”.

Há uma clara preocupação por parte do CES quanto às medidas inscritas no novo OE, sobretudo o corte nos rendimentos dos reformados e pensionistas, a par de algumas despesas do Estado, que terá um forte impacto nas bolsas das famílias. Mais uma vez, corre-se o risco de adiar o consumo interno, não sendo suficiente para

equilibrar as contas o eventual aumento das exportações. A retoma do investimento também está por acontecer, adianta o estudo do Centro de Estudos Sociais. Refere mesmo que “o contributo do investimento para o crescimento do PIB está sobreavaliado nas contas do terceiro trimestre e que Portugal ainda está muito longe de uma inversão da atual tendência recessiva.

Várias medidas estão previstas entrarem em vigor com a aprovação do Orçamento do Estado. A medida relacionada com a redução nas pensões de sobrevivência está a causar forte polémica e, a manter-se tal como está, deverá não passar no crivo do Tribunal Constitucional, como têm avisado vários constitucionalistas. A receita

prevista por esta via aponta para cerca de 100 milhões de euros. O Governo também espera arrecadar cerca de 600 milhões com o “perdão fiscal”, ainda este ano, de modo a possibilitar uma défice orçamental de 5,5% do PIB, ainda no presente exercício.

Viaturas de serviço sem incentivos fiscais

Outras medidas estão na calha e também prometem ser polémicas, ainda que se adivinha a sua viabilização. É o caso das taxas sobre a energia, com as quais o Governo espera captar mais de 100 milhões de euros. As grandes empresas do setor estão em movimentação para evitarem este acréscimo na despesa corrente. Por outro lado, vai ser dada luz verde ao alargamento da tabela remuneratória única na função pública a todo o setor empresarial do Estado. Neste caso, a receita prevista fixa-se em 220 milhões de euros.

Mas há ainda outras novidades. É o caso do fim anunciado dos benefícios fiscais para as chamadas “viaturas de serviço”, que muitas vezes funcionam como uma espécie de suplemento salarial. O Governo quer acabar com esta exceção, que poderá resultar em mais 200 milhões de euros para os cofres do Estado. Trata-se de uma medida que não é suscetível de criar controvérsia, tendo em conta que abrange sobretudo os quadros superiores.

A Igreja está igualmente na mira do fisco. As igrejas terão de apresentar um relatório anual em que dão conta para onde vão os valores obtidos com a consignação de IRS dos contribuintes. O diploma sobre esta matéria foi já publicado e respeita a 0,5% da coleta do IRS. Um diploma que prevê mais obrigações para as entidades religiosas, IPSS ou outras instituições de beneficência. Ou seja, os donativos entregues pelos contribuintes têm de ser declarados às Finanças.